



(Tradução)

Interpelação Escrita

Com o apoio do Governo Central, a RAEM conseguiu um crescimento económico notável, mas ao mesmo tempo regista-se uma crescente injustiça ao nível da distribuição dos recursos económicos e os trabalhadores locais não conseguem partilhar, efectivamente, dos resultados económicos mediante os rendimentos auferidos. Enquanto papel impulsionador da nossa economia, é essencial para o sector predominante empenhar-se na devolução dos postos de trabalho aos trabalhadores locais, para que estes partilhem, efectivamente, dos resultados económicos. Na resposta datada de 1 de Novembro de 2011, relativamente a uma interpelação minha, o Governo apontou que “a proporção média de trabalhadores residentes contratados pelas 6 concessionárias do jogo atingia cerca de 80%, e a proporção média de trabalhadores não residentes era de 20%”. Entretanto, segundo os dados do 1.º trimestre de 2013 disponibilizados no *website* do Gabinete para os Recursos Humanos, relativamente à proporção entre os trabalhadores residentes e não residentes contratados por diversas empresas, a percentagem de trabalhadores não residentes em todas as concessionárias do jogo ultrapassou, já, os 20%. Interpelei, por isso, o Governo sobre isto, mas, na resposta dada em Setembro de 2013, este fugiu, plenamente, a abordar a questão sobre o incumprimento do limite



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

dos 20% de trabalhadores não residentes. Agora, verifica-se ainda um agravamento da situação (vide anexo), em conformidade com os dados actualizados (1.º trimestre de 2014) sobre a matéria, disponibilizados no *website* do Gabinete para os Recursos Humanos.

Interpelo, então, o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo da RAEM apontou que "a proporção média de trabalhadores residentes contratados pelas 6 concessionárias do jogo atingia cerca de 80%, e a proporção média de trabalhadores não residentes era de 20%". Mas, em conformidade com os dados do 1.º trimestre de 2013, a proporção de trabalhadores não residentes em todas as concessionárias do jogo ultrapassou, já, o limite dos 20% e, no 1.º trimestre de 2014, esta proporção atingiu os 27%. Em algumas empresas do jogo esta proporção atingiu os 30%, e até mesmo os 34%! Face à tolerância do Governo, como é que se pode salvaguardar que os residentes de Macau partilhem dos resultados económicos?
2. O Governo da RAEM deve disponibilizar os dados mais actualizados, posteriores aos do 1.º trimestre do corrente ano, relativamente à proporção de trabalhadores não residentes contratados por todas as 6 concessionárias do jogo, para justificar a eventual melhoria ou o agravamento da situação. Vai o Governo fazê-lo?
3. O Governo da RAEM deve tornar pública a eventual manutenção do limite de 20% de trabalhadores não residentes. Vai fazê-lo? Para salvaguardar a partilha dos resultados económicos por parte dos residentes, de que medidas concretas dispõe o Governo para assegurar que a proporção de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

trabalhadores não residentes em todas as concessionárias do jogo se restrinja aos 20%? Dispõe de uma calendarização sobre o assunto?

26 de Agosto de 2014.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau
Ng Kuok Cheong**